

A ser publicado em:

*Cadernos de Letras 24. Língua estrangeira em sala de aula: da ficção à realidade.* Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

## COERÊNCIA NO DISCURSO E NA COGNIÇÃO\*

*Hardarik Blühdorn  
Institut für Deutsche Sprache  
Mannheim, Alemanha*

### Resumo

Este artigo desenvolve sete teses acerca do conceito de coerência e de outros conceitos básicos da análise do discurso e da lingüística textual. Na primeira parte, inicia-se com algumas observações históricas acerca das noções de texto, discurso e comunicação. Na segunda parte, discute as relações entre coerência e coesão, intertextualidade e polifonia, bem como entre coerência e intertextualidade; define coesão como um tipo especial de coerência e polifonia como um tipo especial de intertextualidade e argumenta que as noções clássicas de coerência e intertextualidade representam perspectivas opostas dentro da lingüística textual. Na terceira parte, busca uma redefinição de coerência que possa explicar esse conceito simultaneamente para o discurso, a cognição e o texto. Descarta as definições de coerência como resultado da constituição de sentido e como estado-alvo estável de um sistema e propõe sua definição como relativa uniformidade local de um sistema, segundo parâmetros considerados relevantes pelo observador. No último item, postula que coerência e incoerência são igualmente necessários dentro de qualquer sistema natural para garantir sua evolução histórica.

### Palavras-chave

Texto; comunicação; cognição; coerência; coesão; intertextualidade; polifonia.

### Abstract

This paper develops seven theses on coherence and other basic concepts of discourse analysis and text linguistics. In the first section, it begins with some historical observations about the notions of text, discourse and communication. In the second section, the relations between coherence and cohesion, intertextuality and polyphony, as well as between coherence and intertextuality are discussed. Cohesion is defined as a special type of coherence and polyphony as a special type of intertextuality. The classical notions of coherence and intertextuality are shown to represent opposed perspectives within text linguistics. In the third section, a re-definition of coherence is proposed that can be applied simultaneously to discourse, cognition and text. The definitions of coherence as a result of the construction of sense and as a stable target state of a system are discarded. Instead, coherence is defined as relative local uniformity of a system according to parameters considered relevant by an

---

\* Gostaria de agradecer aos amigos Ingedore Villaça Koch, Maria Helena de Moura Neves, Masa Nomura e Luiz Antônio Marcuschi pela convivência e pelas trocas de idéias ao longo dos anos. Obrigado a Selma Meireles pela revisão do português!

observer. In the final section, it is claimed that coherence and incoherence are likewise necessary within every natural system, in order to guarantee its historical evolution.

## Keywords

Text; communication; cognition; coherence; cohesion; intertextuality; polyphony.

### 1. Introdução: discurso vs. texto vs. comunicação

*Coerência* é um dos conceitos clássicos da lingüística do texto. Ingedore V. Koch e Luiz Carlos Travaglia (1993, p.21) definem-na como aquilo „que faz com que o texto faça sentido para os usuários“. Essa definição sugere haver fatores discursivos e cognitivos subjacentes à percepção de coerência no texto. Para poder me aproximar de tais fatores, analisarei, num primeiro momento, a noção de *discurso*. Trata-se de um daqueles conceitos fundamentais, porém vagos, da lingüística (e das ciências humanas em geral), como *palavra* ou *referência*, que apelam fortemente ao senso comum e são utilizados com facilidade em vários contextos diferentes (cf. Crystal, 1991, p.106).

No âmbito da lingüística, o termo *discurso* está ligado a termos como *comunicação* e *texto*. Zellig S. Harris (1952) define *discurso* como fala encadeada [em inglês, *connected speech*], Teun A. van Dijk (1977), como texto enunciado, Gillian Brown e George Yule (1983), como texto construído por um falante para um ouvinte. Uma perspectiva mais geral é assumida por A. J. Greimas (1983, p.42), que define *discurso* como a manifestação concreta da linguagem e a única fonte de informações acerca dos significados inerentes a ela. Nesse sentido, *discurso* é algo semelhante à *parole* saussureana.

Na bibliografia filosófica, encontram-se abordagens de outro tipo. Jürgen Habermas (1971), p.ex., distinguiu entre o simples agir comunicativo [em alemão, *kommunikatives Handeln*] e o discurso (cf. Gripp, 1984, p.42ss.). No agir comunicativo, a enunciação lingüística está envolvida em um contexto de ações não-lingüísticas, enquanto o discurso é um sistema puramente lingüístico. Em casos de dúvidas ou diferenças de opiniões ou interesses, o discurso exerce uma função normativa em relação ao agir comunicativo, ou seja, constitui o lugar em que problemas comunicativos podem ser resolvidos. Nesse sentido, o discurso é mais abstrato que o agir comunicativo.

Uma outra abordagem que teve bastante influência nos estudos literários e nas ciências sociais é a de Michel Foucault (1971). Em seu modelo, um discurso é uma formação estruturada dentro do total das comunicações existentes numa cultura humana, que é sustentada por um conjunto de sujeitos (enunciadores), manifesta conceitos e estratégias próprias e cria seus próprios objetos, que a partir daí são considerados partes da realidade da cultura em questão (cf. Dreyfus, Rabinow, 1994, p.83ss.). O discurso, nesse sentido, é tematicamente definido como um conjunto de enunciações e enunciados acerca de um mesmo conjunto de objetos.

Confrontando os conceitos de *discurso* e *texto*, podemos fazer uma série de observações:

- Muitos autores que falam em discurso privilegiam o meio oral (cf. Crystal, 1991, p.106), enquanto os que falam em texto tendem a privilegiar a escrita (cf. Antos, 1997).

- Um discurso é baseado na língua, mas pode, como universo discursivo, integrar signos não-lingüísticos, p.ex., imagens (cf. Koch, 1997, p.47). Um texto, por sua vez, é tipicamente um objeto lingüístico.
- Um discurso é, primeiramente, um processo, enquanto um texto é, antes de mais nada, um objeto (cf. Linke, Nussbaumer, 1997). Como consequência, o discurso insere-se primeiramente no tempo, enquanto um texto se insere no espaço.
- Discursos possuem a qualidade intrínseca de influenciar o pensamento e o comportamento dos seres humanos, enquanto o valor comunicativo de um texto é só uma qualidade virtual (cf. Hartung, 1997).
- Um discurso pode englobar vários textos, ou seja, pode ser mais extensivo que um texto. Um texto, por sua vez, não pode ser mais extensivo que um discurso, mas pode participar simultaneamente de mais do que um discurso (cf. Sauer, 1997, p.131s.).

Confrontando *discurso* e *comunicação*, podemos fazer observações semelhantes:

- Comunicação ocorre entre organismos das mais diversas espécies, envolvendo signos dos mais diversos tipos e os mais diversos meios de realização e transmissão. Discurso, por outro lado, restringe-se a seres humanos e a signos, cuja produção e recepção seriam impossíveis sem a utilização prévia e/ou simultânea de signos lingüísticos.
- Conseqüentemente, como disse Habermas (1971), um discurso é algo mais abstrato que a simples comunicação.
- Por outro lado, um discurso é, sem dúvida, um tipo de comunicação. Dentro da totalidade da comunicação humana, um discurso constitui um subsistema, e não vice-versa.

A partir dessas observações, podemos estabelecer uma escala:

texto – discurso – comunicação,

na qual *texto* representa o pólo da maior concentração e abstração, *comunicação*, o pólo da maior extensão e concretude, e *discurso*, um valor intermediário entre ambos.

Em relação à coerência, que é o tema deste artigo, posso agora formular minha primeira tese, relacionada a essa escala:

**Tese 1:** Na história da lingüística textual, o conceito de coerência foi aplicado primeiramente ao texto, mas hoje é aplicado cada vez mais ao discurso e à comunicação.

Esta tese equivale a dizer que as abordagens mais tradicionais sobre a coerência eram mais abstratas, mais teóricas e mais restritas em relação aos tipos de dados considerados (principalmente dados morfossintáticos e lexicais), enquanto abordagens mais recentes tendem a ser mais concretas, mais empíricas e mais abertas para a consideração de dados de vários tipos diferentes (inclusive dados extra-lingüísticos).

## 2. Linguística textual e análise do discurso: algumas oposições conceituais

### 2.1 Coerência vs. coesão

Nos tempos pioneiros da linguística textual, Halliday e Hasan (1976, p.2) explicaram a textualidade (a qualidade de ser um texto) a partir da textura, i.e., da rede coesa de ligações [em inglês, *ties*] entre os elementos do discurso. Os autores mencionaram cinco sistemas de recursos linguísticos que, segundo eles, contribuem para essa rede: os sistemas da referência, da substituição, da elipse, da conjunção e da coesão lexical (cf. ib., p.4; também: Fávero, Koch, 1994, p.37ss.). Halliday e Hasan (cf. 1976, p.11) usavam o termo *coesão* [em inglês, *cohesion*] como nominalização do verbo *coerir* [em inglês, *cohere*]. Não faziam a distinção entre coesão e coerência. Afirmaram:

„O conceito de coesão é de natureza semântica; refere-se a relações de sentido existentes no interior do texto, as quais o definem como texto.“<sup>1</sup>

Apesar de defini-la semanticamente, Halliday e Hasan analisaram a coesão principalmente sob o ângulo dos recursos formais, i.e., como parte do componente textual (estrutural) do sistema semântico (cf. 1976, p.26ss.).

De Beaugrande e Dressler (1981, p.3ss.) retomaram o termo *coesão* usado por Halliday e Hasan, mas reinterpretaram-no de uma maneira que desde então foi amplamente divulgada na bibliografia sobre linguística textual. Por *coesão*, entenderam a conexidade puramente formal do texto, que se materializa na ocorrência de determinados recursos gramático-lexicais. O termo *coerência*, por outro lado, ficou reservado para a conexidade semântico-conceitual. Coesão e coerência, nesse modelo, são dois dos sete assim chamados critérios da textualidade [em inglês, *standards of textuality*], que devem ser satisfeitos por um conjunto de signos para que esse possa ser considerado um texto legítimo. O conceito de „texto legítimo“, por sua vez, é definido em termos pragmáticos, a saber, em função da sua comunicatividade (cf. ib., p.3). Outros critérios da textualidade são a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade, todos eles também fatores pragmáticos (cf. ib., p.7ss., p.113ss.).

Ingedore V. Koch, a mais importante promotora da linguística textual no Brasil, define coesão, seguindo de Beaugrande e Dressler, como uma qualidade formal do texto, a saber, „o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados“ (Koch, 1997, p.35). O conceito de coerência, por outro lado, „diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.“ (ib., p.41) A autora afirma (ib., p.42) que „sempre que se faz necessário algum tipo de cálculo a partir dos elementos expressos no texto (...) já se está no campo da coerência.“ Isso acontece, segundo ela, „na absoluta maioria dos casos“ (ib.). O termo *cálculo*, nesse contexto, remete a operações cognitivas, i.e., inferências, da parte do receptor.

Koch (ib., p.42ss.) discute também as assim chamadas „zonas de intersecção“ entre coesão e coerência. A discussão mostra que os recursos coesivos clássicos, como pronomes, conectores e os demais mencionados por Halliday e Hasan (1976), levam todos a inferências e devem, portanto, ser classificados como recursos de coerência. Talvez os únicos recursos coesivos

---

<sup>1</sup> „The concept of cohesion is a semantic one; it refers to relations of meaning that exist within the text, and that define it as a text.“ (Halliday, Hasan, 1976, p.4)

puramente formais sejam recursos fônicos e gráficos como rima, aliteração, assonância etc. Mas até mesmo esses costumam desencadear inferências na mente do receptor e levar a efeitos de sentido.

De acordo com essa observação, formulo minha segunda tese, acerca da relação entre coerência e coesão:

**Tese 2:** A coerência abrange qualquer tipo de conexidade que possa ser percebida no momento da decodificação de um conjunto de signos. A coesão, por sua vez, é um tipo particular de coerência, a saber, a conexidade formal entre os componentes da superfície sónica.

É importante ressaltar que a conexidade formal estabelecida por recursos como rima, aliteração, assonância etc. se baseia principalmente em recorrências e repetições, que geram uma certa uniformidade na superfície sónica. Esse aspecto será retomado mais adiante como ponto crucial de uma redefinição de coerência.

## 2.2 Intertextualidade vs. polifonia

Na lingüística textual tradicional, o texto é visto como uma entidade lingüística internamente contínua, externamente delimitada, produzida por um autor responsável e portadora de um determinado sentido. O exemplo prototípico dessa espécie de texto é a obra literária clássica (cf. Linke, Nussbaumer, 1997).

Nas últimas décadas, a própria teoria literária tem contribuído muito para destruir tal idealização. Foram questionados justamente os conceitos de continuidade interna, delimitação externa, responsabilidade do autor e validade da interpretação.

A continuidade interna do texto nem sempre se verifica tão claramente. A literatura do século XX oferece inúmeros exemplos de rupturas de continuidade, tanto no nível formal quanto no semântico e pragmático. Será, então, que a continuidade é uma percepção necessária para que um conjunto de signos seja considerado um texto? É preciso que ela se manifeste formalmente, ou basta haver continuidade no nível semântico-pragmático? E será que obras literárias que geram efeitos estéticos com rupturas da continuidade deixam de ser textos por essa causa?

Em relação à delimitação externa, podemos distinguir entre o aspecto paradigmático e o sintagmático. O aspecto paradigmático refere-se a conjuntos similares de signos. Muitos textos, não apenas antigos mas também modernos, existem em várias versões diferentes. Qual é a relação entre tais variantes? Cada uma é um texto próprio, ou todas juntas constituem um texto? O aspecto sintagmático concerne a conjuntos contíguos de signos. Como devemos tratar, por exemplo, as falas dos participantes de um diálogo, as matérias de um jornal ou as partes de um hipertexto (cf., p.ex., Püschel, 1997)? Cada uma constitui um texto em si, ou são todas juntas um texto?

Em relação à responsabilidade do autor, questiona-se em que medida o produtor do texto formula, de fato, idéias próprias *stricto sensu* (cf. Jakobs, 1997). Na grande maioria dos

textos, a voz do autor repete, parafraseia ou varia enunciações anteriores de outros autores (cf. Linke, Nussbaumer, 1997, p.114ss.; Koch, 1997, p.49).

Em relação à interpretação, discute-se a compatibilidade entre a idéia da constância do texto e a experiência de que diferentes leitores do mesmo texto podem (e, de fato, costumam) chegar a leituras diferentes. Até o mesmo receptor pode interpretar o texto diferentemente em diferentes momentos (cf. Hartung, 1997). Em um determinado sentido, o texto é, de fato, constituído pela recepção. Mesmo desconsiderando textos literários, podemos pensar na leitura de um jornal ou de textos na Internet, onde cada receptor compõe seu texto pela escolha a partir do material pré-fabricado oferecido (cf. Püschel, 1997).

Os questionamentos relacionados à continuidade e delimitação do texto levaram à formulação do conceito da *intertextualidade* (cf. Kristeva, 1967; Linke, Nussbaumer, 1997), segundo o qual todo texto pressupõe a existência prévia de outros textos, de modo que os textos se relacionam entre si na forma de redes intertextuais. Os questionamentos a respeito do autor e da interpretação do texto geraram o conceito da *polifonia* (cf. Bakhtin, 1929=1997; Koch, 1997, p.50ss.), que enfatiza a presença simultânea de várias vozes dentro de qualquer texto.

A partir da teoria literária e da semiótica, os conceitos de intertextualidade e polifonia ganharam peso na discussão lingüística, especialmente na análise do discurso e na lingüística textual. Autores como Linke e Nussbaumer (1997, p.110s.) e Koch (1997, p.47ss.) distinguem entre intertextualidade no sentido radical, fundamentado em Kristeva (1967), e em sentido moderado, mais compatível com a tradição. A variante radical diz que „qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto“ (Kristeva, citada por Koch, 1997, p.48), enquanto a mais moderada constata que pode (mas não precisa necessariamente) haver ligações de diversos tipos entre diferentes textos (cf. Koch, 1997, p. 48ss.). Como afirmam Linke e Nussbaumer (1997, p.110s.), a variante moderada é quase trivial. Ela repete observações tradicionais e não traz nenhuma novidade para a lingüística textual. A variante radical, ao contrário, é bastante original e pode enriquecer a discussão lingüística (cf. Blühdorn 2006).

Linke e Nussbaumer (1997), Koch (1997) e também Barros (1999) mostram que os conceitos de intertextualidade e polifonia não são independentes um do outro. Koch (1997, p.56s.) considera a intertextualidade um caso particular de polifonia, argumentando que a intertextualidade exige a presença atestada de um intertexto, enquanto a polifonia pode ser encenada, envolvendo vozes de enunciadores virtuais (ib., p.57). Embora a autora se refira explicitamente a „todo caso de intertextualidade“ (ib.), acredito que sua visão, nesse ponto, se baseia no conceito moderado de intertextualidade. Com a versão mais radical, ela não me parece compatível, já que, segundo essa versão, nenhum autor poderia inventar vozes de enunciadores virtuais, a não ser a partir das vozes de enunciadores reais, pois todo texto pressupõe outro texto prévio. Argumentando assim, a polifonia deve ser considerada um caso particular da intertextualidade e não vice-versa.

Isso me leva a minha terceira tese:

**Tese 3:** Como a coesão é um caso particular de coerência, a saber, a conexidade formal entre os componentes da superfície sígnica, assim a polifonia é um caso particular de intertextualidade, a saber, a intertextualidade relacionada ao autor e ao receptor/intérprete do texto. Outros aspectos da intertextualidade dizem respeito à continuidade interna e à delimitação externa do texto.

## 2.3 Coerência vs. intertextualidade

Pesquisadores importantes da lingüística textual, como de Beaugrande e Dressler (1981) e Koch (1997), utilizam as noções de *coerência* e *intertextualidade* lado a lado, como conceitos fundamentais para definir o texto. Porém, as perspectivas sobre o texto subjacentes a esses conceitos são opostas. A noção clássica de coerência depende, de certa maneira, da visão do texto como objeto contínuo e delimitado. Ela focaliza as forças centrípetas dentro do texto, que fazem dele um todo e o separam de outros textos. A noção de intertextualidade, por sua vez, focaliza as forças centrífugas, que ligam um texto com outros e assim relativizam a sua inteiridade.

Esta é minha quarta tese:

**Tese 4:** Os conceitos de coerência e intertextualidade representam perspectivas opostas, que se complementam para dar uma visão mais completa do texto.

De Beaugrande e Dressler (1981) e Koch (1997) trabalham com a variante moderada da noção de intertextualidade. A variante radical, que questiona a idéia do texto como objeto contínuo e delimitado, entra em conflito com o modelo clássico da coerência. Na medida em que o micro-texto se dilui no intertexto, a definição da sua textualidade através da coerência não se sustenta. Mas a intertextualidade pode ser vista como coerência de segunda ordem, que se manifesta, antes de mais nada, no nível do macro- ou intertexto (cf. Blühdorn 2006, p.284ss.). Tais redefinições de conceitos básicos trazem consigo uma mudança no uso do termo *texto*. Tradicionalmente, ele era usado apenas como nome individuativo: *um texto*, *vários textos*. Hoje em dia, ele também ocorre como nome de massa: *uma quantidade de texto*. Texto é entendido cada vez mais como algo que pode não ter limites externos. Ao mesmo tempo, o conceito de coerência é desvinculado da noção do texto, sendo aplicado também ao discurso e à comunicação.

## 3. Uma redefinição da coerência

### 3.1 Discurso vs. cognição

Até este ponto, discuti vários aspectos do discurso, mas nenhum da cognição. *Cognição* é outro termo muito usado na lingüística atual, mas também de definição precária em razão da inflação de usos.

Entendo por cognição, conforme a teoria dos sistemas (cf. Strohner, 1995), o conjunto dos processos que se desenrolam no interior de um sistema cognitivo. Um sistema cognitivo, por sua vez, pode ser definido como uma constelação de um ou mais processadores de dados, um conjunto de signos e um conjunto de conceitos (significados) (cf. Blühdorn, 1998, p.39ss.). Os

processos cognitivos que se desenrolam nesse sistema correspondem à organização dos signos e significados pelo processador, de modo a produzir sentido. Todo ser humano possui um sistema cognitivo.

Em analogia com esse modelo, podemos também definir um sistema comunicativo como uma constelação de enunciadores e receptores/intérpretes, um conjunto de sinais e um conjunto de mensagens (cf. Blühdorn, 1998, p.36ss.). Os processos comunicativos que se desenrolam nesse sistema correspondem à coordenação do comportamento dos enunciadores e receptores/intérpretes mediante o intercâmbio de mensagens codificadas pelos sinais. O sistema comunicativo mínimo foi descrito por Bühler (1934=1982, p.28), no modelo do *organon*.

A convivência de seres humanos em comunidades sociais envolve a constante participação simultânea de todos os indivíduos em vários sistemas comunicativos. Sistemas mínimos se agregam, dentro das atividades comunicativas da comunidade, para formar sistemas comunicativos mais complexos, dos quais podem participar maiores quantidades de indivíduos e que podem se manter ativos por maiores intervalos de tempo. De acordo com Foucault (1971), podemos chamar tais sistemas comunicativos mais complexos de sistemas discursivos (formações estruturadas dentro do total das comunicações existentes numa cultura humana; cf. item 1 acima). Uma cultura humana como um todo também é um sistema discursivo, composto de vários subsistemas discursivos.

Sistemas discursivos envolvem enunciadores e receptores/intérpretes como participantes. Os participantes possuem sistemas cognitivos, ativos para a criação dos discursos. Nesse sentido, os sistemas cognitivos se inserem nos sistemas discursivos. Também são, de certa maneira, anteriores a eles, pois os sistemas discursivos não poderiam ser criados sem os sistemas cognitivos. Por outro lado, os discursos influenciam os sistemas cognitivos. O sistema cognitivo de todo ser humano se forma dentro de discursos já existentes. Sem a participação de discursos, os sistemas cognitivos ficariam deficientes. Nesse sentido, os discursos estão dentro da cognição humana e são até mesmo anteriores a ela. Conseqüentemente, discurso e cognição dependem mutuamente um do outro. Toda teoria do discurso deve estar atenta para a cognição, e toda teoria da cognição humana, para o discurso. Não é possível modelar nenhuma das duas partes sem a outra.

Esta é minha quinta tese:

**Tese 5:** A relação entre discurso e cognição é como aquela entre a galinha e o ovo: é impossível decidir qual parte é anterior à outra.

### 3.2 Coerência como estabilidade de um sistema

Koch (1997, p.41) discute a noção de coerência no âmbito do discurso e da cognição. Para ela, os processos discursivos e cognitivos da constituição de sentido são responsáveis pela construção de coerência. Nesse modelo, as noções de *coerência* e *sentido* explicam-se mutuamente. Sentido se encontra naquilo que é coerente, e a coerência se manifesta na presença de sentido. Incoerência é a presença de fatores que dificultam a construção de sentido, e aquilo que não tem sentido é percebido como incoerente (cf. Koch, Travaglia, 1993,



p.11s.). Koch (1997, p.41) afirma que a coerência não é „mera qualidade ou propriedade do texto“, mas é algo construído discursiva e cognitivamente „a partir dele“ (ib.).

Num espírito semelhante, de Beaugrande e Dressler (1981, p.36, p.49) conceberam o texto como um sistema cibernético. Em seu modelo, a coerência, como „continuidade do sentido“ (ib., p.84), é uma noção cognitivo-discursiva. O texto é visto como um recurso para ativar conceitos pré-fabricados, armazenados na memória do receptor, e para instruí-lo a integrar esses conceitos em redes.

A explicação do conceito de *coerência* a partir daquele de *sentido* parece aumentar a sua compreensibilidade cotidiana. Mas como definição científica, ela não é suficiente. Em princípio, cada um desses termos é tão pouco claro quanto o outro. Também a relação entre eles é obscura. Se *coerência* e *sentido* significam a mesma coisa, então nenhum dos dois explica o outro. Nesse caso, um deles pode ser dispensado. Se não significam a mesma coisa, é preciso especificar com exatidão as diferenças e a relação sistemática entre eles.

Uma abordagem mais recente, elaborada nos anos noventa por Hans Strohner e Gert Rickheit, entre outros, enfrenta esse problema de circularidade. Em seus trabalhos, definem a coerência independentemente do sentido, como nível de estabilidade [em inglês, *stable target state*], assumido por um sistema cognitivo, comunicativo (discursivo) ou sógnico em função de processos que se desenrolam no interior do sistema (cf. Strohner, Rickheit, 1990; Schade et al., 1991, p.27ss.; Rickheit et al., 1995, p.173). Essa definição está ligada aos objetivos da inteligência artificial (cf. Schade et al., 1991, p.39ss.). Num sistema computacional, o nível de estabilidade é necessário para definir quando o sistema pode terminar o processamento de uma dada tarefa. Quando a estabilidade do sistema é atingida, o processamento chegou ao seu destino [em inglês, *target*]. Essa definição da coerência traz diversas vantagens metodológicas. Não se apoia em outros conceitos mal-definidos e, por ser baseada em uma teoria explícita, possibilita uma maior explicitude das análises.

Para sistemas naturais como a cognição humana e os discursos humanos, no entanto, a identificação de coerência com um nível de estabilidade me parece um tanto problemática. O que, afinal, poderíamos imaginar como situação de estabilidade dentro de um sistema cognitivo ou discursivo? Na realidade, a percepção de coerência em sistemas naturais não precisa ser estável. Ela pode ser limitada a determinados segmentos espaço-temporais de um sistema (trechos dentro de um texto, momentos de uma conversa) e pode ser interrompida por incoerência em segmentos diretamente contíguos.

Também a noção de destino contida no modelo de Strohner e Rickheit parece-me problemática para sistemas como a cognição e o discurso de seres humanos. Ela parece ser resultado imediato da aplicação de métodos computacionais. De que natureza seriam os destinos da cognição e do discurso? Seriam estados que esses sistemas tendem a assumir em função de mecanismos internos ou obedecendo a leis externas? A noção de destino sugere que no momento da estabilidade algum processo se acaba. Mas será que sistemas cognitivos e discursivos naturais realmente chegam a algum acabamento, enquanto estão funcionando? No meu entender, o único momento em que um sistema natural atinge uma situação de estabilidade é o momento da sua morte. A coerência, no entanto, é uma experiência feita em sistemas vivos.

Em sistemas naturais, a percepção de coerência pode ser um estado final de algum processo em que ela substitui a percepção de incoerência. Mas ela pode também ser um estado inicial de outro processo em que ela é substituída pela percepção de incoerência. E ela pode ser um estado intermediário que se segue a um estado de incoerência e é seguido também por um estado de incoerência. Em qualquer estado de um sistema natural, alguns processos se acabam, outros estão em andamento e ainda outros se iniciam. A interrupção de coerência por incoerência e vice-versa parece até mesmo ser uma necessidade em qualquer sistema natural, para garantir sua evolução (cf. de Beaugrande, Dressler, 1981, p.36s.).

Chego, portanto, a minha sexta tese:

**Tese 6:** A definição de coerência como estabilidade de um sistema traz aspectos teóricos e metodológicos interessantes, mas, em última análise, não é adequada para sistemas naturais discursivos e cognitivos.

### 3.3 Coerência vs. incoerência

Blühdorn (1998) propôs uma definição da coerência que se fundamenta no conceito de *uniformidade*. Essa definição está de acordo com as idéias básicas de Strohner e Rickheit, mas evita os problemas relacionados às noções de estabilidade e destino (cf. Blühdorn, 1998, p.48ss.). Para esse modelo, a percepção de coerência em um sistema se deve à relativa uniformidade do sistema segundo parâmetros relevantes para um observador. Cada observador pode observar o sistema com outros critérios e registrar nele outros componentes e propriedades. Conseqüentemente, a percepção de coerência no mesmo sistema pode variar bastante entre diferentes observadores.

A coerência se manifesta em segmentos espaço-temporais nos quais alguma propriedade do sistema se repete, como, p.ex., a presença de um determinado participante, uma determinada relação entre participantes, a ocorrência de processos de um determinado tipo etc. A repetição cria padrões dentro do sistema, e os padrões são responsáveis pela percepção de coerência. Em um sistema discursivo, p.ex., observa-se coerência quando um determinado enunciador volta a fazer afirmações que ele mesmo já fez anteriormente, e incoerência quando as afirmações feitas pelo mesmo enunciador deixam de apresentar repetições. No sistema cognitivo, há coerência quando os mesmos sentidos são atribuídos aos mesmos signos pelos mesmos processadores, e incoerência quando o mesmo processador atribui sentidos variáveis aos mesmos signos. No texto (como sistema formal de elementos lingüísticos), há coerência quando os mesmos elementos voltam a ocorrer com as mesmas funções, e incoerência quando os mesmos elementos ocorrem com funções diferentes ou quando as mesmas funções são realizadas por elementos diferentes.

A uniformidade de um sistema em relação a um parâmetro P pode ser quantificada sob forma de um valor numérico entre 0 e 1, que corresponde à porcentagem dos segmentos espaço-temporais daquele sistema que assumem o mesmo valor por esse parâmetro. O valor 0 significa que o sistema não apresenta nenhuma repetição em relação a P e, portanto, nenhuma coerência em relação a esse parâmetro. O valor 1 significa que P tem o mesmo valor em todos os segmentos do sistema, i.e., o sistema apresenta uniformidade e coerência completa em relação a esse parâmetro. A escolha dos parâmetros a serem analisados para avaliar a coerência é feita pelo observador de acordo com regras específicas para cada tipo de sistema.

Para avaliar um sistema discursivo, a escolha é orientada por convenções sociais. O parâmetro deve ser uma característica que a comunidade considera relevante como propriedade de discursos. A avaliação de sistemas cognitivos é orientada por princípios psicológicos e biológicos e a avaliação de sistemas lingüísticos, por princípios formais (universais ou próprios da língua em questão).

Esse modelo sugere que a coerência de um sistema não é desejável sob quaisquer condições, já que a uniformidade é inversamente proporcional à informatividade (cf. Shannon, Weaver, 1949; Lyons, 1977, p.42s.). Sistemas totalmente uniformes são totalmente predizíveis e, por isso, não-informativos. A título de ilustração, podemos imaginar uma lista telefônica na qual todas as entradas consistem do nome *John Milton* e do número 845-2367. Evidentemente, essa lista constituiria um sistema de signos altamente uniforme e coerente em relação às suas partes, mas praticamente inútil por falta de informatividade. Outro exemplo seria um romance em que o mesmo personagem repete a mesma ação desde o início até o fim. Sem o aparecimento de novos personagens e novas ações não haveria nenhuma evolução, de modo que o texto nem mereceria ser chamado de romance.

O aparecimento de novos nomes e números numa lista telefônica, de novos personagens e novas ações em um romance, constitui uma interrupção da uniformidade em relação a um parâmetro potencialmente relevante para a coerência do sistema. Tais interrupções fazem com que o sistema evolua. Elas diminuem a coerência, mas aumentam a informatividade do sistema. Isso aponta para a conclusão de que tanto coerência quanto incoerência locais são desejáveis e necessárias em sistemas naturais, entre eles sistemas discursivos, cognitivos e sígnicos. Coerência máxima implica que o sistema não evolui, enquanto incoerência máxima significa caos, i.e., a desintegração do sistema.

Segundo esse modelo, coerência não pode ser estável e nem o destino de um sistema. Sua função é a de um estado transitório que o sistema precisa adotar com frequência, mas que precisa ser interrompido também com frequência, para garantir a evolução do sistema.

Esta é minha sétima e última tese:

**Tese 7:** Tanto no discurso, quanto na cognição e no texto, coerência e incoerência são igualmente indispensáveis.

#### 4. Considerações finais

Na primeira fase da lingüística do texto, vários autores entenderam a coerência como fenômeno gramatical e propriedade objetiva de textos. Essa visão era reducionista e unidimensional e, portanto, inadequada. Em fases mais recentes, a coerência foi concebida como fenômeno discursivo e cognitivo. A percepção de coerência pode ser desencadeada por um texto, mas sem ser justamente uma propriedade desse texto. A tradição de considerar a coerência algo necessariamente desejável foi mantida nos dois modelos. Em abordagens mais tradicionais, ela tem o papel de um critério da textualidade, i.e., um conjunto incoerente de signos não é reconhecido como texto legítimo. Em abordagens mais novas, ela tem o papel de um estado-alvo em que um sistema se estabiliza.

Argumentei neste artigo que a coerência nem sempre é uma qualidade desejável, já que máxima coerência equivale a mínima evolução e mínima informatividade. Informativo é o que surpreende e, nesse sentido, quebra localmente a coerência. Por isso, sugeri definir coerência como um estado transitório de uniformidade local no interior de um sistema, que pode ser tanto um texto quanto um sistema cognitivo ou discursivo. Considero altamente questionável a inclusão de coerência nos critérios da textualidade, como é feito segundo de Beaugrande e Dressler (1981, p.49ss.), e concluo que coerência e incoerência são igualmente indispensáveis em qualquer sistema natural. Do meu ponto de vista, a constante substituição de coerência por incoerência e vice-versa é o mecanismo fundamental que garante a evolução de sistemas naturais e impede sua petrificação.

### Referências bibliográficas

ANTOS, Gerd. Texte als Konstitutionsformen von Wissen. Thesen zu einer evolutionstheoretischen Begründung der Textlinguistik. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.43-63.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski* (trad. Paulo Bezerra). 2.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1929=1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de, FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade. Em torno de Bakhtin*. 2.ed., São Paulo: EDUSP, 1999, p.1-9.

BLÜHDORN, Hardarik. The relation between pragmatics, semantics and grammar and the notion of linguistic coherence. *S – European Journal for Semiotic Studies* (Viena) 10.1/2, 1998, p.25-71.

BLÜHDORN, Hardarik. Textverstehen und Intertextualität. In: BLÜHDORN, Hardarik, BREINDL, Eva, WASSNER, Ulrich Hermann (orgs.). *Text – Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Berlin: de Gruyter, 2006, p. 277-298.

BROWN, Gillian, YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: University Press, 1983.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Stuttgart: Gustav Fischer, 1934=1982.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 3.ed., Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991.

DE BEAUGRANDE, Robert-Alain, DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.

DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Jenseits von Strukturalismus und Hermeneutik* (trad. Claus Rath, Ulrich Raulff). 2.ed., Weinheim: Beltz, 1994.

FÁVERO, Leonor L., KOCH, Ingedore V. *Linguística Textual: Introdução*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1994.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

GREIMAS, Algirdas-Julien. *Structural Semantics. An Attempt at a Method* (trad. Daniele McDowell, Ronald Schleifer, Alan Velie). Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

GRIPP, Helga. *Jürgen Habermas. Und es gibt sie doch – Zur kommunikationstheoretischen Begründung von Vernunft bei Jürgen Habermas*. Paderborn: Schöningh, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Vorbereitende Bemerkungen zu einer Theorie der kommunikativen Kompetenz. In: HABERMAS, Jürgen, LUHMANN, Niklas. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1971, p.101-141.

HALLIDAY, Michael A. K., HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HARRIS, Zellig S. Discourse analysis. *Language* 28, 1952, p.1-30.

HARTUNG, Wolfdietrich. Text und Perspektive. Elemente einer konstruktivistischen Textauffassung. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.13-25.

JAKOBS, Eva-Maria. Plagiate im Kontext elektronischer Medien. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike. (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.157-172.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 5.ed., São Paulo: Contexto, 1993.

KRISTEVA, Julia. Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman. *Critique* 239, 1967, p.438-465.

LINKE, Angelika, NUSSBAUMER, Markus. Intertextualität. Linguistische Bemerkungen zu einem literaturwissenschaftlichen Textkonzept. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.109-126.

LYONS, John. *Semantics*. 2 vols. Cambridge: University Press, 1977.

PÜSCHEL, Ulrich. 'Puzzle-Texte' – Bemerkungen zum Textbegriff. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.27-41.

RICKHEIT, Gert, STROHNER, Hans. Towards a Cognitive Theory of Linguistic Coherence. *Theoretical Linguistics* 18, 1992, p.209-237.

RICKHEIT, Gert et al. Economical Principles in Coherence Management: A Cognitive Systems Approach. In: RICKHEIT, Gert, HABEL, Christopher (orgs.). *Focus and Coherence in Discourse Processing*. Berlin: de Gruyter, 1995, p.170-189.

SAUER, Christoph. Text und Ideologie. Beobachtungen zur NS-Presse im Besatzungskontext. In: ANTOS Gerd, TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p.127-155.

SCHADE, Ulrich et al. Kohärenz als Prozeß. In: RICKHEIT, Gert (org.). *Kohärenzprozesse. Modellierung von Sprachverarbeitung in Texten und Diskursen*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991, p.7-58.

SHANNON, Claude E., WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1949.

STROHNER, Hans. *Kognitive Systeme. Eine Einführung in die Kognitionswissenschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995.

STROHNER, Hans, RICKHEIT, Gert. Kognitive, kommunikative und sprachliche Zusammenhänge: Eine systemtheoretische Konzeption linguistischer Kohärenz. *Linguistische Berichte* 125, 1990, p.3-23.

VAN DIJK, Teun A. *Text and Context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman, 1977.